


DELIBERAÇÃO

4.4 – FREGUESIA DE VITORINO DAS DONAS – Acordo de Execução de Delegação das Competências previstas no nº 1 do art.º 132º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

– **Aprovação.** A Câmara Municipal **deliberou por unanimidade** aprovar a minuta de Acordo de Execução de Delegação de Competências, respetivo Anexo A, que especifica as competências delegadas na Junta de Freguesia de Vitorino das Donas, previstas no nº 1 do art.º 132º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e respetiva compensação financeira. Mais **deliberou por unanimidade** submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos de autorização da celebração do respetivo contrato, em conformidade com o disposto na alínea k) do número 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Reunião de Câmara Municipal de 15 de janeiro de 2018.

A CHEFE DE DIVISÃO/DAF,



Sofia Velho/Dra.

44

Parecer:

Despacho:

Concedido
à Junta de Freguesia de Vitorino das Donas
Cof. em 03.01.18

DATA: 02/01/2018	DE: Alexandra Esteves
NIPG:	PARA: Senhor Presidente Eng.º Victor Mendes CC:
REGISTO (DOC.):	ASSUNTO: PROPOSTA - ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE VITORINO DAS DONAS, PREVISTAS NO N.º 1 DO ARTIGO 132.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

Informação:

Exmo. Senhor Presidente,

A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, veio introduzir um novo regime normativo de enquadramento da delegação de competências, através de acordos de execução, possibilitando que os órgãos dos municípios deleguem nos órgãos das freguesias as competências elencadas no seu artigo 132.º. Este regime jurídico prevê a concretização da delegação de competências através da celebração de acordos entre órgãos de municípios e órgãos das freguesias e que pode efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais. Estes acordos de execução visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências.

Tendo por princípio que os acordos de execução não podem determinar o aumento da despesa pública global; devem promover o aumento da eficiência da gestão e dos ganhos de eficácia dos recursos por parte das autarquias locais; devem garantir a continuidade do serviço público prestado; e devem concretizar uma boa articulação entre os diversos níveis da administração pública – n.º 3 do artigo 115º da Lei nº 75/2013.

Tendo ainda em conta que:


- Ao contrário do que aconteceu com as restantes Juntas de Freguesia do Concelho não foi possível concretizar o Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Vitorino das Donas para o quadriénio de 2013 a 2017, na medida em que o mesmo não chegou a ser aprovado pela respetiva Assembleia de Freguesia;
- Foi obtida concordância relativamente aos termos contantes na minuta do Acordo de Execução e respetivo Anexo A ara o próximo quadriénio;

Deverá o Senhor Presidente propor para aprovação pela Câmara Municipal, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, a Minuta de Acordo de Execução de delegação de competências e respetivo Anexo A, que especifica as competências delegadas na Junta de Freguesia de Vitorino das Donas no âmbito do n.º 1 do artigo 132.º da Lei supra citada e respetiva compensação financeira, para que a mesma possa ser submetida à Assembleia Municipal para efeitos de autorização de celebração do respetivo contrato, em conformidade com o preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei.

Informo ainda que deverá ser feito o **cabimento prévio da presente despesa** pelos serviços competentes antes de a mesma poder ser submetida à Câmara Municipal.

Ponte de Lima, 2 de janeiro de 2018

A Chefe de Gabinete



Alexandra Esteves

MINUTA

ACORDO DE EXECUÇÃO CELEBRADO ENTRE MUNICIPIO DE PONTE DE LIMA E JUNTA DE FREGUESIA VITORINO DAS DONAS

Entre:

O Município de Ponte de Lima, NIPC 506 811 913, com sede na Praça da República, 4990-0623, Ponte de Lima, representado neste ato pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Victor Manuel Alves Mendes

E:

A Junta de Freguesia de Vitorino das Donas, NIPC508 027 420, com sede em Vitorino das Donas, 4990-800 Vitorino das Donas, Ponte de Lima, representada neste ato pelo Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Salvador Matos Fernandes

Considerando:

- A. Que, nos termos do artigo 132.º, n.º 1 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro¹, se consideram delegadas nas juntas de freguesia as competências aí expressamente referidas.
- B. Que a produção dos efeitos desta delegação legal estão dependentes da celebração de um acordo de execução nos termos do artigo 133.º
- C. Que em análise levada a cabo pelo Município, em conjunto com a Freguesia, se concluiu que a solução mais adequada, eficiente e eficaz é o exercício das competências devidamente discriminadas no presente acordo
- D. Que para o cálculo dos valores anuais a atribuir a cada freguesia, definidos para a presente Freguesia em **anexo 1** ao presente acordo, foram considerados critérios relacionados com a caracterização geográfica, demográfica, económica e social de

¹ Todas as normas mencionadas no presente documento sem indicação expressa do diploma a que pertencem integram esta Lei.

todas as freguesias do concelho. Introduzindo-se, desta forma, variáveis que permitem uma redistribuição mais justa e equitativa da verba destinada a estas transferências.

- E. Que o exercício destas competências pela Freguesia não determina o aumento da despesa pública global; promove o aumento da eficiência da gestão e dos ganhos de eficácia dos recursos por parte das autarquias locais; e concretiza uma boa articulação entre o município e a freguesia.

É celebrado o presente acordo de execução,

Que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª

Objeto

- 1) Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes da freguesia;
- 2) Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, com exceção da Ecovia das Veigas que se mantém sob a responsabilidade do Município;
- 3) Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público.

Cláusula 2ª

Obrigações das partes

1. Constituem obrigações da Câmara Municipal:
 - a) Transferir para a Junta as verbas necessárias ao exercício das competências delegadas;
 - b) Apoiar tecnicamente a Junta;
2. Constituem obrigações da Junta de Freguesia:
 - a) Exercer as competências delegadas de modo eficiente e eficaz;
 - b) Prestar as informações que a Câmara Municipal lhe peça sobre os atos praticados no exercício das competências delegadas;
 - c) Dar conhecimento, no prazo de 30 dias à Câmara Municipal de toda e qualquer situação de que tenha conhecimento e que possa vir a prejudicar, impedir, tornar mais oneroso ou difícil o exercício das competências delegadas;

Cláusula 3º

Apoio Financeiro

1. A Câmara Municipal apoiará financeiramente a Junta, dotando-a com as seguintes verbas:

ACORDO DE EXECUÇÃO VALORES ANUAIS		
Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros	Para as restantes competências delegadas	TOTAL ACORDO DE EXECUÇÃO
2.240,00	717,29	2.957,29

2. A verba anual relativa à **limpeza da rede viária e espaços públicos** será transferida a pedido da Junta de Freguesia e mediante a verificação física da sua execução por parte dos serviços técnicos do Município.
3. A restante verba anual será transferida em quatro prestações trimestrais, de igual valor, nos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro, podendo, por razões devidamente justificadas, ser feito em antecipação. A Junta de Freguesia obriga-se a apresentar comprovativos da aplicação das verbas transferidas até dia 15 de Fevereiro do ano seguinte.

Cláusula 4ª

Apoio Técnico

A Câmara Municipal prestará o apoio técnico necessário de que a Junta careça para o cabal exercício das competências delegadas e que consistirá fundamentalmente na emissão de pareceres de carácter técnico ou jurídico e de recomendações sempre que tal for solicitado.

Cláusula 5ª

Vigência do acordo

A duração do presente contrato coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal e considera-se renovado após a instalação deste órgão.

Cláusula 6ª

Cessação do acordo

1. O presente acordo pode cessar por resolução em caso de incumprimento da contraparte ou por motivos de relevante interesse público devidamente justificados.
2. O presente acordo renovar-se-á após a instalação do órgão deliberativo do município.
3. A cessação do presente acordo não poderá nunca por em causa a continuidade do serviço público, cabendo à Câmara o exercício das competências para as quais o acordo tenha deixado de vigorar.

Cláusula 7ª

Modificações ao acordo

1. O presente acordo poderá ser modificado, por acordo entre as partes, pela forma escrita.
2. O presente acordo de execução é insuscetível de revogação.

Cláusula 8ª

Aprovação

O presente acordo será aprovado na sessão da Assembleia Municipal agendada para o próximo dia --- de--- de 2018 e na sessão da Assembleia de Freguesia agendada para o próximo dia ____ de _____ de 2018.

Cláusula 9ª

Publicidade

Após a sua aprovação, o presente acordo será disponibilizado na página web do Município, com o endereço www.cm-pontedelima.pt e na página web da freguesia, com o endereço www.jf-vitorinodasdonas.com e afixado em local próprio nas respetivas sedes.

Pela Câmara Municipal

Pela Junta de Freguesia

Ponte de Lima _____ de _____ de 2018

ANEXO 1

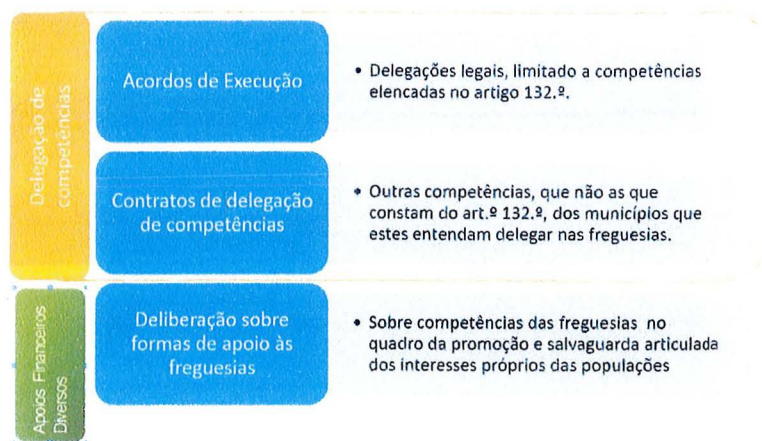
Relativamente às transferências de verbas para as freguesias que se irão realizar durante o próximo quadriénio, nomeadamente os critérios para essa afetação, será necessário antes de mais, considerar os diferentes contextos em que tal irá acontecer. Assim, definem-se, em primeiro lugar, os valores anualmente atribuídos às freguesias enquanto recurso financeiro que garante o exercício das competências previstas no n.º 1 do artigo 132.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro (de ora em diante, apenas Lei nº 75/2013), estando para o efeito devidamente cabimentadas no orçamento municipal. Estas transferências são formalizadas através dos **Acordos de Execução** previstos no artigo 133.º da mencionada Lei.

Paralelamente poderão ser celebrados **Contratos para a Delegação de Competências**, previsto no artigo 120.º, para outras competências, que não as que constam do artigo 132.º, que se entenda delegar nas freguesias, e que visam a comparticipação de investimentos, projetos ou atividades diversas.

Finalmente, através da figura de **Apoios Financeiros Diversos** poderão ser comparticipadas despesas que decorrem das competências próprias das freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios da população.

Quer os "**Contratos para a Delegação de Competências**" quer os "**Apoios Financeiros Diversos**", para além daqueles que se definem no presente documento, serão oportunamente apreciados ao longo do ano sendo avaliada a carência em causa, a necessidade do investimento, a importância estratégica, a solução técnica, o valor do investimento e a coerência da intervenção.

Cabe ainda à **Assembleias de Freguesia**, mediante proposta da Junta de Freguesia, **autorizar a celebração dos Contratos de Delegação de Competências e Acordos de Execução**.



Fonte: Pedro Mota e Costa, Docente da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, Assessor de Gestão Autárquica e Finanças Locais. Finanças e Contabilidade Pública (com exceção da designação de “Apoios Financeiros Diversos”

1 – ACORDOS DE EXECUÇÃO

Os **Acordos de Execução**, conforme estipulado no artigo 133.º da Lei n.º 75/2013 estipulam expressamente, e neste caso em particular, os recursos financeiros necessários e suficientes para o exercício das competências elencadas no n.º 1 do artigo 132.º.

No caso do acordo de execução, a Lei n.º 75/2013, mais precisamente a alínea l) do n.º 1 do seu artigo 33º, sob a epígrafe “competências materiais”, prevê expressamente que ***“competete à câmara municipal discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei”***.

No conjunto das competências previstas no n.º1 do artigo 132.º serão consideradas algumas exceções para as quais se entende que não estão reunidas as condições que garantam o cabal cumprimento dos princípios gerais enumerados no artigo 121.º, nomeadamente no que diz respeito à estabilidade, prossecução do interesse público, continuidade da prestação do serviço público e necessidade e suficiência dos recursos. Entendemos, assim, que deverá ser objeto de **negociação entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia** para efeitos de celebração do Acordo de Execução a intenção de não delegar nas juntas de freguesia e de uma forma genérica, as competências previstas no n.º 1 do artigo 132.º para as quais não se venha a verificar o cumprimento dos princípios gerais enunciados, salvaguardando-se, ao mesmo tempo, o interesse municipal e estratégico das atividades em causa e a boa gestão dos recursos públicos. Caberá à Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, em comum acordo e com a necessária fundamentação, concretizar essas situações que deverão ser claramente incorporadas nos Acordos de Execução a celebrar.

A forma de distribuição/atribuição desta verba segue os critérios definidos no ponto 4 do presente documento.

2 – CONTRATOS PARA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Os Contratos para a Delegação de Competências serão aplicados para outras competências, que não as que constam do artigo 132.º Lei 75/2013, que se entenda durante o próximo quadriénio delegar nas freguesias, e que visam a comparticipação de investimentos, projetos ou atividades diversas.

No cumprimento dos objetivos estipulados no artigo 118.º da referida Lei "a concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis."

Os municípios concretizam a delegação de competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais. A delegação de competências concretiza-se através da celebração de contratos interadministrativos sob pena de nulidade.

A Câmara Municipal deverá submeter à Assembleia Municipal o pedido de autorização para a **celebração de qualquer contrato de Delegação de Competências**.

Cabe ainda à **Assembleias de Freguesia**, mediante proposta da Junta de Freguesia, **autorizar a celebração dos Contratos de Delegação de Competências**.

CRITÉRIOS GERAIS

Neste processo, de celebração de Contratos de Delegação de Competências irão ser assegurados a par das restantes obrigações aplicáveis que decorrem da Lei n.º 75/2013, os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências transferidas, garantindo-se desde já a observância dos requisitos que a seguir se transcrevem e que serão oportunamente avaliados pela Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, em relação a cada um dos pedidos efetuados:

- a) Não aumento da despesa pública global
- b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos
- c) Os ganhos de eficácia do exercício das competências

d) Melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis

Orientações para os limites máximos estipulados por tipologia de intervenção:

- A beneficiação de caminhos/estradas municipais poderá ser comparticipada a 100%

3 – APOIOS FINANCEIROS DIVERSOS

Tal como foi inicialmente mencionado, através da figura de **Apoios Financeiros Diversos** poderão ser comparticipadas despesas que decorrem das competências próprias das freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios da população.

Para além das restantes situações que possam surgir durante o próximo quadriénio e cuja avaliação seguirá sempre que aplicável, os Critérios Gerais definidos no ponto anterior, estipula-se, desde já, um valor de acordo com o método definido no ponto 4 deste documento, para o apoio financeiro à execução de competências próprias das Juntas de Freguesia diretamente relacionadas com a promoção, execução e apoio de projetos nas **áreas da “Educação, Cultura, Desporto e Ação Social” (despesa corrente) e “Melhoramentos Vários” (despesa de capital)**.

O pagamento das verbas relativas à **“Educação, Cultura, Desporto e Ação Social”** que não poderá ser utilizada para “outros fins”, a não ser que seja devidamente justificado, e dos **“Melhoramentos Vários”**, será efetuado **em quatro prestações trimestrais**, de igual valor, nos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro podendo, por razões devidamente justificadas, ser feito em antecipação. As Juntas de Freguesia obrigam-se a apresentar comprovativos da aplicação das verbas transferidas até dia 15 de Fevereiro do ano seguinte.

Para outros pedidos de apoio que possam ser apresentados pelas Juntas de Freguesia durante o ano em exercício para atividades da sua competência, que serão objeto de deliberação de Câmara, sustentada pela aprovação genérica em Assembleia Municipal, estipulam-se desde já as seguintes orientações sobre as percentagens e limites máximos estipulados por tipologia de intervenção:

- A beneficiação de caminhos vicinais (pavimentação e construção de muros de suporte à vias) será comparticipada no máximo em 70%
- 50% para a aquisição de viaturas para Kits de combate a incêndios, até ao limite máximo de comparticipação de 3.750,00 €.

- Para a aquisição de terrenos o apoio do município dependerá do interesse estratégico do terreno para o desenvolvimento da freguesia, nomeadamente no que respeita a terrenos para beneficiação de Centros Cívicos ou para a localização de equipamentos culturais, educativos e sociais;
- Construção de Capelas Mortuárias (25.000,00 € - valor fixo)
- Ampliação de cemitérios propriedade das freguesias será financiada a 100% para a construção de novos muros de contenção de terras ou de fecho
- No processo de Toponímia será concedido apoio técnico e apoio financeiro fixo de 1.000,00 €
- 70% para as coberturas e/ou estruturas da cobertura dos edifícios sede das Juntas de Freguesia
- Manutenção dos apoios no âmbito dos Subsídios de Montanha

Compra de veículos:

a) Transporte escolar:

- ✓ 20.000,00€ para carrinhas de 9 lugares
- ✓ Até 16.000,00€ para carrinhas de 9 lugares para substituição de outras com idade igual ou superior a 15 anos (desde a data de deliberação de Reunião de Câmara) com obrigação de retoma da carrinha existente
- ✓ 70% para autocarros de 19 lugares, com montante máximo elegível de 37.000,00 €
- ✓ 85% para autocarros de 27 lugares, com uma montante máximo elegível de 105.000,00 €

b) Outros

- ✓ 70% para tratores e equipamentos até ao limite máximo elegível 27.500,00 €

De uma forma geral e dentro do mesmo espírito de dar prioridade aos projetos que são efetivamente importantes no contexto da estratégia para o concelho e para a freguesia em causa, será dado apoio no âmbito das candidaturas que venham a ser aprovadas pelo Portugal 2020 participando em 50% o valor não reembolsado.

O apoio à instrução destas candidaturas será possível caso se reúnam as condições de elegibilidade e se mostre viável o seu enquadramento em programas de financiamento que se encontrem disponíveis.

Poderão ser equacionados outros apoios pontuais, financeiros e/ou técnicos, que demonstrem ser importantes ao desenvolvimento das freguesias, os quais serão devidamente avaliados pelo Executivo Municipal.

4 - METODOLOGIA DE DISTRIBUIÇÃO DE VERBAS ANUAIS PARA OS ACORDOS DE EXECUÇÃO E APOIOS FINANCEIROS DIVERSOS

Para o cálculo dos valores anuais a atribuir a cada freguesia foram considerados critérios relacionados com a caracterização geográfica, demográfica, económica e social de todas as freguesias do concelho. Introduzindo-se, desta forma, variáveis que permitem uma redistribuição mais justa e equitativa da verba destinada a estas transferências. Conscientes da importância da promoção do desenvolvimento sustentável e equilibrado do espaço concelhio, considerou-se como iniciativa de harmonização e apoio aos territórios menos favorecidos, a introdução do **Fator de Coesão Territorial** que perspetiva, de uma forma genérica, valorizar a diversidade e complementaridades e facultar a possibilidade da população tirar o melhor partido das características existentes em cada freguesia.

A metodologia de cálculo foi a seguinte:

20% Pp + 20% Aln + 25% AF + 25% RV + Fatores de Coesão Territorial

Onde:

Pp – População da Freguesia

Aln – Alunos em idade pré-escolar e 1º Ciclo

AF – Área da Freguesia

RV – Rede Viária

FCT – Fator de Coesão Territorial

Fatores de Coesão Territorial = 5% Duração média dos movimentos pendulares (Mp) + 5% Explorações agrícolas (N.º SAU (Superfície Agrícola Utilizada))

Ao resultado anterior acresce o valor base (**Fator de Equilíbrio**) de 10.000,00 por cada Freguesia ou Agrupamento de Freguesias, o valor relativo à manutenção da rede viária (280,00€ por Km) para cada freguesia e um valor de 250,00€ por cada Associação Cultural, Recreativa e Desportiva existente naqueles territórios estando, assim, garantida a consideração de diferentes critérios relacionados com a caracterização geográfica, demográfica, económica e social. (*)

Esta verba Global é então distribuída da seguinte forma:

- 20% será considerado enquanto **Apoio Financeiro** para o exercício de competências próprias atribuídas às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações com relevância para a execução ou promoção de projetos de intervenção comunitária nas **áreas da educação, cultura, desporto e ação social** e apoiar atividades daquela natureza (despesa corrente). **Verba a transferir trimestralmente.**
- O valor relativo à rede viária, 280,00 € por Km, deverá assegurar os recursos financeiros necessários para dar resposta à delegação de competência prevista na alínea b), do n.º 1 do artigo 132.º, da Lei n.º 75/2013 ou seja “Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros” a confirmar no âmbito das negociações para a celebração do **Acordo de Execução.** **Verba a transferir a pedido da Junta de Freguesia e mediante a verificação física da sua execução por parte dos serviços técnicos do Município.**
- Do valor restante, 5%, **a transferir trimestralmente,** serão destinados a assegurar as competências que se pretendem acordar delegar, no âmbito da celebração do **Acordo de Execução** conforme previsto no n.º 1 do artigo 132.º, da Lei n.º 75/2013 para as intervenções que de momento e de uma forma geral, tendo em conta as especificidades de cada Freguesia, se discriminam:
 - a) Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;
 - c) Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;
 - d) Gerir e assegurar a manutenção corrente de feiras e mercados;

Neste âmbito será necessário ainda ter em conta que as receitas que decorrem da gestão corrente dos Mercados e Feiras, salvo aqueles que vierem ser excecionados, reverterem para as Juntas de Freguesia.

- A restante verba integrará o **Apoio Financeiro** a atribuir para o exercício de competências próprias atribuídas às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, estando destinada à realização de **“melhoramentos vários” (despesa de capital).** **Verba a transferir trimestralmente.**

Pressupostos:

De forma a não haver uma redução em relação ao valor que era transferido em anos anteriores para as **freguesias sem agregação**, estipulou-se que no resultado dessa redistribuição nenhuma das freguesias iria receber menos do que em 2013. Assim, nesses casos, em que a aplicação dos coeficientes levaria a um resultado (**Valor de Resultado**) inferior com perda de receita por parte das freguesias, optou-se por manter o valor histórico de referência.

A Câmara Municipal assume desta forma o compromisso de não baixar os valores históricos de referência a transferir para as freguesias sem agregação relativamente ao quadriénio agora em causa.

No caso das **freguesias agrupadas**, tendo em conta o novo ciclo que agora se inicia e os objetivos inerentes à sua criação nomeadamente na otimização de recursos, ganhos de escala e eficiência nas autarquias locais, será considerado o valor mais alto entre o **Valor do Resultado da aplicação das variáveis** e o **Valor do Somatório das verbas recebidas em 2013**, não podendo caso prevaleça este último, ser admitido um aumento de mais **25% sobre o Valor do Resultado**.

(*) No caso do Agrupamento de Arca e Ponte de Lima, acresce o valor de 8.800,00 € relativo ao montante anual que normalmente a Freguesia de Ponte de Lima recebia por celebração de Protocolo próprio que estava, por isso, excluído dos anteriores Termos de Aceitação e que deixará, a partir de agora de existir.

5 – VERBAS A TRANSFERIR PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE Vitorino das Donas

ACORDO DE EXECUÇÃO VALORES ANUAIS			
Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros		Para as restantes competências delegadas	TOTAL ACORDO DE EXECUÇÃO

2.240,00		717,29	2.957,29
----------	--	--------	----------

APOIO FINANCEIRO VALORES ANUAIS			
APOIO FINANCEIRO PARA AS ATIVIDADES DE MELHORAMENTOS VÁRIOS (CAPITAL)		APOIO FINANCEIRO PARA AS ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL EDUCATIVA, DESPORTIVA E RECREATIVA (CORRENTE)	TOTAL APOIO FINANCEIRO

13.628,44		4.156,60	17.785,04
-----------	--	----------	-----------